

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 5.100.187.1.01.____.00.2024

OBJETO

Aquisição de insumos de TI para a Sede da AGEVAP, conforme especificações constantes do Termo de Referência Simplificado e de seu ANEXO I.

EMPRESA FORNECEDORA

FINATTO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA, com sede na Rod. Governador Mário Covas, nº 3255, box 31, Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP: 29.157-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.166.094/0002-12, neste ato representada por Luis Fernando do Nascimento, xxxxxx, xxxxxx, xxxxxx, portador da cédula de identidade nº xxxxxx, expedida pela xxxxxx, inscrita no CPF/MF sob o nº xxxxxx, residente e domiciliado na xxxxxx, doravante denominada simplesmente **FORNECEDORA**.

LOCAL E DA DATA

A entrega dos bens em tela dar-se-á nos moldes do disposto no Termo de Referência Simplificado e de seu ANEXO I.

VALOR GLOBAL

Pela execução do objeto contratado será pago o valor de **R\$ 15.739,05 (quinze mil e setecentos e trinta e nove reais e cinco centavos)**, conforme proposta e demais documentos constantes no Processo nº 187/2024.

FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para pagamento do objeto estão disponíveis nas rubricas abaixo descritas:

Centro de Custo:	%	Valor	Dotação (rubrica) orçamentária:
------------------	---	-------	---------------------------------



CG ANA CEIVAP	40%	R\$ 6.295,62	(seis mil e duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos)	4. Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária / 4.2. Manutenção e custeio administrativo da entidade delegatária / 4.2.1. Infraestrutura e manutenção da entidade delegatária / 4.2.1.1. Despesas de funcionamento e infraestrutura / 4.2.1.1.1. Despesas de funcionamento e infraestrutura / 4.2.1.1.1.4. Material de consumo
CG INEA CBH's TA Transposição	20%	R\$ 3.147,81	(três mil cento e quarenta e sete reais e oitenta e um centavo)	4. Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária / 4.2. Manutenção e custeio administrativo da entidade delegatária / 4.2.1. Infraestrutura e manutenção da entidade delegatária / 4.2.1.1. Despesas de funcionamento e infraestrutura / 4.2.1.1.1. Despesas de funcionamento e infraestrutura / 4.2.1.1.1.4. Material de consumo
CG INEA GUANDU-BIG	40%	R\$ 6.295,62	(seis mil e duzentos e noventa e cinco reais e sessenta e dois centavos)	4. Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária / 4.2. Manutenção e custeio administrativo da entidade delegatária / 4.2.1. Infraestrutura e manutenção da entidade delegatária / 4.2.1.1. Despesas de funcionamento e infraestrutura / 4.2.1.1.1. Despesas de funcionamento e infraestrutura / 4.2.1.1.1.4. Material de consumo
Valor Total	100%	R\$ 15.739,05	(quinze mil e setecentos e trinta e nove reais e cinco centavos)	

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcela única, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, que será emitida mediante solicitação da AGEVAP, após aceite do respectivo produto, juntamente com as certidões negativas para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, FGTS e Justiça do Trabalho, emitidas e válidas na data do pagamento.

Caso haja empenho de recurso oriundo de Contrato de Gestão firmado com o IGAM, deverá ser apresentado, também, o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e

Contratar com a Administração Pública Estadual de Minas Gerais (CAFIMP-MG), Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN-MG).

LEIS QUE REGEM A PRESENTE CONTRATAÇÃO

A presente contratação é regida pelas disposições contidas nas Resoluções ANA nº 122/2019, INEA nº 160/2018 e na Portaria IGAM nº 39/2022, bem como na Lei Federal nº 14.133/2021.

SANÇÕES

A inexecução do objeto, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração, sujeitará a **FORNECEDORA**, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

1. advertência;
2. multa administrativa;
3. suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP;
4. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP.

A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, após análise fundamentada do gestor.

Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

A imposição das penalidades é de competência exclusiva do Diretor-Presidente da AGEVAP.

A multa administrativa, prevista no item 2:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da contratação, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- f) deverá ser recolhida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação para o pagamento, em conta corrente informada pela AGEVAP. Caso a importância devida não seja recolhida será descontada automaticamente, ou ajuizada a dívida conforme previsto em lei.

A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AGEVAP, prevista no item 3:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 3 (três) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a AGEVAP, prevista no item 4, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, observados os prazos dispostos no art. 156, §5º da Lei nº 14.133/2021, que será concedida sempre que a **FORNECEDORA** ressarcir a os prejuízos causados.

As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **FORNECEDORA** à multa de mora de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da contratação ou do saldo não atendido, respeitado o limite do Art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral da contratação pela **CONTRATANTE** ou da aplicação das sanções administrativas.

A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa desta autorização de fornecimento, garantido o contraditório e a defesa prévia.

A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação da penalidade prevista no item 1 e no prazo de 15 (quinze) dias úteis, no caso dos itens 2 a 4.

Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

DA PROTEÇÃO DE DADOS

Por meio deste instrumento as PARTES se autorizam mutuamente a tratar os dados necessários para a assinatura do instrumento, prestações de contras e transparência, bem como para a consecução do objeto contratual, conforme definido em seu Termo de Referência

Todas as comunicações em relação a dados pessoais tratados no presente documento, deverão ser realizadas entre o Encarregado de Dados do CONTRATANTE encarregado.lgpd@agevap.org.br e o Encarregado de Dados do CONTRATADO

O CONTRATADO se compromete a comunicar ao CONTRATANTE o nome, endereço de e-mail e telefone de contato de seu Encarregado de Dados

Por meio deste instrumento o CONTRATANTE autoriza o CONTRATADO a tratar os dados necessários para a assinatura do instrumento, bem como para a consecução do objeto contratual.

A CONTRATADA se obriga a seguir as diretrizes da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) quando tratar dados pessoais de colaboradores da AGEVAP ou de membros de Comitês por ela atendidos, ou oriundos da consecução do objeto contratual, obrigando-se a não os compartilhar com terceiros, sem a devida autorização do titular de dados.

Resende/RJ, ___/___/2024

AGEVAP	FINATTO DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
---------------	---



<hr/> <p>LEANDRO BARROS OLIVEIRA Gerente de Gestão Estratégica</p> <hr/> <p>LÍVIA CORRÊA SILVA Assessora – Unidade Resende</p>	<p>De acordo:</p>
--	--------------------------



ANEXO I



OBJETO	AQUISIÇÃO DE INSUMOS DE TI PARA A SEDE - AGEVAP	Protocolo SIGA:	5.100.01.0505.2024
		Processo SIGAD:	00001.000187/2024
		Nº do Edital	21/2024

Produto / item 16	Qte.	Fornecedor / Fonte	Data da proposta	Valor Un.	Valor total
Kit Toner original impressora Kyocera TASKalfa 2554ci	5	Finatto	07/08/2024	R\$ 3.147,81	R\$ 15.739,05

FINATTO	R\$ 15.739,05
----------------	----------------------

